



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Indicação 2290/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 02 OUT. 2013

1º Secretário

Súmula: Sugere a elaboração de proposta que determine às concessionárias de pedágio a emitirem cupom fiscal como comprovante de pagamento das tarifas.

Ao Exmo. Sr. Governador

Ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda do Estado do Paraná:

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, o Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente a Vs. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

A elaboração de proposta que determine às concessionárias de pedágio do Estado do Paraná, a emitirem cupom fiscal, como comprovante de pagamento das tarifas de pedágio, diretamente nas praças de arrecadação das rodovias, e no sistema Via Fácil.

JUSTIFICATIVA

Não restam dúvidas de que toda população paranaense sente falta de informações auditadas e detalhadas sobre os números do pedágio. Já são mais de 15 anos de contrato e até agora não há onde, nem como se obter informações objetivas e confiáveis sobre: o número de veículos que trafegam diariamente pelas praças de arrecadação, os modelos de veículos, o valor arrecadado pelas concessionárias, o valor pago em impostos, o valor investido em manutenção e obras nas rodovias, a composição da tarifa cobrada e a margem de lucro sobre a concessão deste serviço público.

Todos esses são questionamentos sem respostas convincentes. Infelizmente não existe transparência em relação aos números, que parecem ser tratados como "segredo de estado" pelas concessionárias. É inadmissível que numa época de tanto avanço tecnológico, de tanto acesso à informação,

os dados relativos a um serviço público não sejam franqueados à população e continuem "misteriosos", suscitando dúvidas, especulações e até desconfiança.

A população paranaense tem o direito de conhecer os números do pedágio, pois paga uma das tarifas consideradas mais caras do país. A indignação do cidadão é evidenciada quando analisamos a realidade das rodovias pedagiadas. Onde estão as obras de duplicação das estradas? Onde estão os contornos e perimetrais para retirar o fluxo rodoviário das áreas urbanas dos municípios? Onde estão viadutos, trincheiras e outras passagens de nível para garantir segurança e mobilidade nos trevos de acesso às cidades?

O desconhecimento e a dificuldade de acesso às informações fazem com que todos questionem para onde está sendo direcionado o dinheiro do pedágio arrecadado pelas concessionárias de rodovias no Paraná.

O descompasso entre a receita da tarifa e o investimento em obras pelas concessionárias é evidente. O pedágio vem sendo reajustado praticamente todos os anos, da mesma forma que a frota cresce anualmente no Estado, o que significa mais veículos passando pelas praças de arrecadação das empresas.

Em 1997, quando foi implantando o pedágio nas rodovias, eram 1,9 milhão de veículos no Estado do Paraná. Atualmente são 6,3 milhões, embora nem todos trafeguem pelas rodovias pedagiadas, obviamente grande parcela foi incluída no sistema. Aliás, essa é mais uma informação que precisa ser detalhada.

Pelo atual modelo de cobrança, quem passa nas praças de pedágio recebe um simples recibo como comprovante do pagamento da tarifa. Desta forma, não garante credibilidade e confiabilidade sobre os números, não favorecendo qualquer tipo de apuração de dados pelas autoridades fazendárias. A precariedade na obtenção e fiscalização dos números é um problema sério, que deveria preocupar o poder executivo nas três instâncias: municipal, estadual e federal.

A emissão do cupom fiscal para as tarifas do pedágio é uma alternativa para apuração e fiscalização dos números. Esse sistema exige maquinário específico, o chamado Emissor de Cupom Fiscal (ECF), que segue regulamentação, é fiscalizado e autorizado funcionar pelas agências estaduais

do fisco. O equipamento só tem validade se homologado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Como o ECF registra em software todos os dados da operação para emissão do cupom, as informações ficam armazenadas e podem ser fiscalizadas a qualquer momento, sendo possível verificar qualquer possível manipulação de números.

Com o cupom fiscal no pedágio das rodovias, os entes públicos passam a ter à disposição todos os dados para efetiva tributação e cobrança de impostos das concessionárias. É um passo importante para conhecimento do movimento de veículos nas praças de pedágio e da receita das empresas.

A incidência de tributos como ISS, PIS/Cofins e Imposto de Renda ganharão maior transparência, bem como os valores recolhidos pelas empresas.

Note-se ainda que no sistema Via Fácil, quando o usuário recebe fatura de utilização mensal do serviço, está discriminado como valor tributável a mensalidade, sobre a qual incidem ISS (2%) e Pis/Cofins (9,25%) e como não tributável, as passagens pelas cancelas, ou seja, a tarifa do pedágio.

A apresentação de proposta instituindo a emissão do cupom fiscal no pedágio, representa contribuição fundamental para garantir o acesso a transparência nas informações, maior poder de fiscalização às autoridades fazendárias, dados seguros para tributação, recolhimento de impostos, verificação da receita das concessionárias e comparativo com os investimentos nas rodovias previstos nos contratos de concessão.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta, solicito que Vs. Exas. determinem os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões em 02 de outubro de 2013.


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual

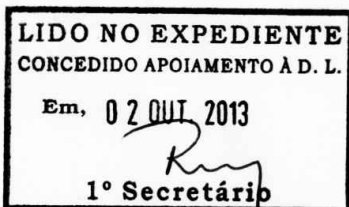


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2291/13



Sugere a designação de agentes para a Cadeia Pública da Comarca de Rio Negro.

Ao Secretário Estadual de Governo
Sr. Cezar Silvestri

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a V. Exas. a designação de agentes para a Cadeia Pública da Comarca de Rio Negro.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o pleito considerando que conforme noticiado pelo Exmo. Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos da Comarca de Rio Negro em 13 de agosto do corrente ano, a Cadeia Pública da Comarca de Rio Negro, que possui média de 60 presos, não possui nenhum agente, fato que dificulta os trabalhos tanto da Polícia quanto do Poder Judiciário.

Buscando elucidar da melhor maneira possível o assunto, segue anexo o ofício nº 095/2013 da Câmara Municipal de Piên, devidamente assinado pelos vereadores, tratando do assunto.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2013.

FRANCISCO BÜHRER
DEPUTADO ESTADUAL



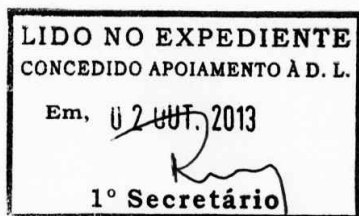
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



INDICAÇÃO Nº 2292/13



Indica Imediata Convocação dos aprovados no Concurso Público, Edital 1107/2012 para Preenchimento de Vagas de Soldado da Polícia Militar (QPM 1-0) e de Soldado Bombeiro Militar (QPM 2-0) da Polícia Militar do Paraná.

Ao Governador do Estado do Paraná Senhor Carlos Alberto Richa e

Ao Secretário de Estado da Segurança Pública Senhor Cid Vasques

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no § 1º do Artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após receber a aprovação do Plenário, Indica Imediata Convocação dos aprovados no Concurso Público, Edital 1107/2012 para Preenchimento de Vagas de Soldado da Polícia Militar (QPM 1-0) e de Soldado Bombeiro Militar (QPM 2-0) da Polícia Militar do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

No ano de 2012 foi realizado concurso público para ingresso na PMPR, destinado ao preenchimento de 4.445 (quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco) vagas para qualificação policial militar geral 1 – policial militar e 819 (oitocentas e dezenove) vagas para qualificação policial militar geral 2 – bombeiro militar.

Segundo o Edital 1107/2012 o preenchimento dos cargos previstos deveria ocorrer, nos termos do quadro abaixo e do disposto nas tabelas 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, de forma fracionada de acordo com a capacidade operacional da Administração Policial Militar, em especial para a realização dos Cursos de Formação de Soldados PM/BM, obedecidos os demais critérios do presente Edital:

- Policial Militar - 1ª Turma - 2.223 (dois mil e duzentos e vinte três candidatos).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos




- Bombeiro Militar - 1ª Turma - 410 (quatrocentos e dez candidatos).

Quanto ao cronograma da 1ª Turma da Polícia Militar está rigorosamente sendo cumprido, indo além do edital, até momento foram convocados 2.226 (dois mil duzentos e vinte seis candidatos), além do que previa o edital, três candidato a mais.

O pedido de convocação é referente o cronograma do Bombeiro Militar, conforme Edital 1170/2012 estava previsto 410 (quatrocentos e dez) candidatos para 1ª Turma, até presente data nenhum candidato foi convocado, e consequentemente quem está na lista dos classificados para 1ª Turma, após ter passado por todas as fases do concurso e considerado apto, estão na expectativa de suas convocações, inclusive tem casos de candidatos na certeza de ser chamado pediram a conta de seu emprego, e agora estão com seu futuro indefinido.

É a razão deste.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 2013.

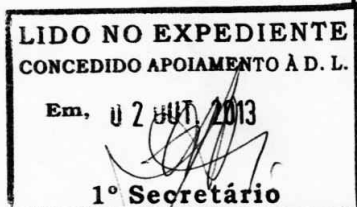

PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



INDICAÇÃO Nº 2293/13

Indica a construção de viadutos em substituição ao trevo cataratas, Município de Cascavel.

Ao Governador do Estado do Paraná Senhor Carlos Alberto Richa e

Ao Secretário de Estado da Secretaria de Infraestrutura e Logística Senhor José Richa Filho.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no § 1º do Artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após receber a aprovação do Plenário, Indica a construção de viadutos em substituição ao trevo cataratas, Município de Cascavel.

JUSTIFICATIVA:

O Trevo Cataratas, além de ser a principal entrada da cidade, onde inicia a Avenida Brasil, outras três rodovias por ali são acessadas, são elas a BR-277, a BR-369 e BR-467, além de outras ruas de acesso aos bairros da cidade.

Atualmente, o trevo cataratas é um dos maiores gargalos da cidade de Cascavel e região como um todo, para quem trafega por lá, principalmente nos horários de picos.

Justifica o presente pedido diante da importância que seria essa obra, para maior fluidez do trânsito da cidade e também dos usuários das rodovias que trafegam por esse local.

É a razão deste.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 2013.

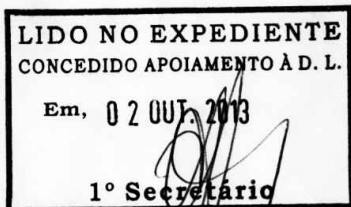

PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

15:13 02/10/2013 000578 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 224/13

Sugere a designação de um Policial Militar para o Distrito de São Vicente, município de Araruna.

Ao Governador do Estado do Paraná e
Ao Secretário de Estado da Segurança Pública.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a designação de um Policial Militar para o Distrito de São Vicente, município de Araruna, a pedido da comunidade local.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se em recente visita desta Parlamentar no mencionado distrito de São Vicente, município de Araruna, onde recepcionou reiteradas reivindicações desta natureza em face da ausência de qualquer forma de presença policial nesta localidade, carecendo assim de uma merecida segurança preventiva na comunidade.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD

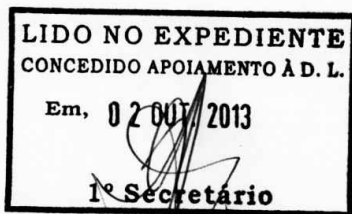


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2295/13



Sugere a viabilização de recursos para o Hospital Santa Casa de Campo Mourão, destinados à implantação de um Vestiário para os funcionários.

Ao Governador do Estado do Paraná e
Ao Secretário de Estado da Saúde.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a viabilização de recursos para o Hospital Santa Casa de Campo Mourão, destinados à implantação de um Vestiário para os funcionários conforme projeto em anexo.

JUSTIFICATIVA:

A Vice Diretoria Presidente do Hospital Santa Casa de Campo Mourão, na pessoa do Sr. Fernando Luiz Cristófilo encaminha projeto de construção de um vestiário para funcionários.

Busca-se implantar um Vestiário completo a fim de possibilitar total higiene dos funcionários a fim de evitar o risco de contaminação ao ambiente hospitalar além de resguardar a integridade física destes funcionários, bem como dos pacientes.

A execução desta obra estimada no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), pugna pelo apoio governamental uma vez que o referido hospital enquanto entidade sem fins lucrativos se mantém com fulcro em doações e repasses de recursos.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD

15:28 02/10/2013 008580 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

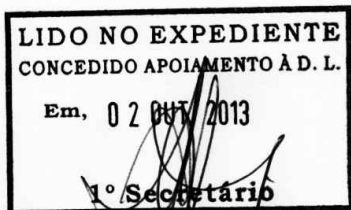


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2296/13



Sugere a viabilização de Recursos para obras de melhorias na estrutura externa da CASJ – Comunidade de Acolhimento São José (Albergue), do município de Campo Mourão.

Ao Governador do Estado do Paraná,
Ao Secretário do Desenvolvimento Urbano,
À Secretária da Família e Desenvolvimento Social.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a viabilização de Recursos para obras de melhorias na estrutura externa da CASJ – Comunidade de Acolhimento São José (Albergue), do município de Campo Mourão. O projeto no valor de R\$ 115.243,11 objetiva a adequação de calçadas e gramados, iluminação, construção de muros e instalação de gradis, bem como plantio de gramas e arvores nos termos do plano de obra em anexo.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se na solicitação encaminhada pelo Presidente da Comunidade de Acolhimento São José, Sr. Genelde Mendes Filho, na qual se objetiva a melhoria da área externa do Albergue, construção de um muro (anexo Projeto Técnico), com a finalidade de dar segurança ao público atendido, proporcionar aos moradores vizinhos sua privacidade e adequar os espaço para realização do serviço proposto.

Neste aspecto, o serviço prestado se mostra de grande relevância para esta municipalidade, sendo a Casa de Passagem uma entidade sem fins lucrativos, com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução N. 109, de 11 de novembro de 2009 – (Proteção Social de Alta Complexidade), com atendimentos ao público de rua, em situação de vulnerabilidade social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Por fim cumpre ressaltar que o solicitado acompanha Projeto Técnico, documentos, valores e planos de trabalho, embasando a indicação ora proposta haja vista sua necessidade, finalidade e possibilidade. Neste sentido sugestiona se aos órgãos da Administração Estadual o acolhimento do pedido com a viabilização de recursos desta ordem.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD